

# Massa Crítica

**PACS 20**  
anos  
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Dezembro de 2006  
n.º 21

Análise de conjuntura sobre fatos da atualidade nacional e internacional.

## Processos de Integração na América do Sul: parceiros para quê?\*

**Sandra Quintela**

Pacs/Rede Jubileu Sul

### Cena I

“É preciso escolher os parceiros. Escolher parceiros responsáveis, que não mudem as regras do jogo”. Foi neste tom que o presidente peruano Alain Garcia, em recente visita ao Brasil, se dirigiu à platéia em um evento realizado pela Federação das Indústrias do estado de São Paulo – Fiesp.

No dia anterior, em encontro com o presidente brasileiro recém reeleito, Luis Inácio Lula da Silva, segundo o Jornal O Globo (11/11/06), Garcia afirmava “estar de mãos estendidas para que a Petrobrás instale uma refinaria no País”. Mais uma vez insistiu que o Peru é um país amigo, ao contrário, afirma ele, do que supostamente dizem ser a Bolívia e a Venezuela. “A Petrobrás tem muito dinheiro. E creio que o Peru é um país sério, onde a Empresa não vai perder dinheiro”.

### Cena II

Em recente encontro da XVI Cúpula Ibero-americana, entre 4 e 5/11, diante de um sério conflito entre Argentina e Uruguai, a questão das papeleiras (ver abaixo), é acordado como parte mediadora do conflito o Rei da Espanha Juan Carlos de Borbón, para interceder entre as partes e facilitar o processo de negociação. A pergunta é: como, em pleno processo de dinamização do Mercosul, um conflito entre dois de seus países membros, não se pensa em uma solução interna ao tratado regional, sem recorrer a isto que parece um saudosismo colonial de chamar o ex-colonizador para ser intermediário entre as partes? A mesma figura histórica – o Rei – que destruiu Missões, logo ali, bem pertinho da região do conflito.

**Em tempo: Missões  
poderiam ser  
consideradas uma  
experiência de  
integração regional?  
Mantida a devida  
distância histórica,  
penso que sim.**

A crise das papeleiras

**A**s relações entre Argentina e Uruguai estão tensas no momento, devido à "crise das papeleiras". O impasse envolvendo fábricas de celulose surgiu com o início da construção de duas plantas de celulose com capital europeu, em uma delas espanhol.

Os projetos foram rejeitados por habitantes da Argentina que vivem em frente ao local, conhecendo os desastres ambientais provocados pela contaminação dessas fábricas. Em meio à tensão bilateral, a espanhola Ence decidiu mudar a localização de sua fábrica para outra área no Uruguai, enquanto a finlandesa Botnia optou por continuar a construção. No ano passado, ambientalistas protestaram contra as construções, e nas últimas semanas, diante da falta de avanços nas discussões entre os presidentes, as manifestações foram retomadas.



### **IIRSA – Integração da Infra-estrutura Regional Sul americana**

**A**o mesmo tempo, bem perto dessas situações descritas, um processo chamado de integração

avança. São 10 eixos multimodais (Eixo Andino, Eixo Andino do Sul, Eixo de Capricórnio, Eixo do Amazonas, Eixo do Escudo Guayanés, Eixo do Sul, Eixo Hidrovia Paraguai-Paraná, Eixo Interoceânico Central, Eixo MERCOSUL-Chile; Eixo Peru-Brasil-Bolívia) cruzando os quatro cantos da América do Sul. Cortando biomas como Mata Atlântica, Amazônia, Pantanal, Caatinga, Cerrado, Pampas, etc., através de estradas, hidrovias, ferrovias, gasodutos, hidrelétricas, portos, aeroportos, ferrovias... São 335 projetos de transporte, energia e telecomunicações nos 12 países da América do Sul; U\$ 37.470 milhões financiados pelo BID, CAF e Fonplata, em parceria com o BNDES e bancos privados.

Tudo isso acontecendo em uma região do mundo - a América do Sul – que é uma das poucas do Planeta que combina os quatro recursos naturais estratégicos atualmente: hidrocarbonetos, minerais, biodiversidade e água.

O caso da Bolívia, para ilustrar o que significa o IIRSA, cruza quatro dos dez eixos previstos no projeto: Peru-Brasil-Bolívia, Andino, Capricórnio e Hidrovia Paraguai-Paraná. Os quatro eixos têm como característica comum confluírem para o interior do país, a fim de se conectarem com o Eixo Interoceânico Central, que é um dos principais eixos transversais na América do Sul. Ou seja, uma série de vias multimodais cruzando todos os cantos do país para se encontrarem com uma via central, ligando o oceano Atlântico ao Pacífico, e facilitando a exportação, principalmente, de Commodities para

a China, Índia e a costa oeste dos EUA.

Como nos lembra o presidente da Comissão Marítima Federal (FMC), Steven Blust<sup>1</sup>, na página de web do Departamento de Estado dos EUA: “como o comércio e o transporte entre América Latina, Caribe e Estados do sudeste dos Estados Unidos devem triplicar até 2020, os portos e a infra-estrutura regionais precisam se adaptar para acompanhar essa expansão”.

O Brasil, sendo a maior economia sul americana, tem um interesse particular nesta passagem pela Bolívia: alcança os portos do Pacífico por uma via mais curta e que implica em menor tempo as rotas marítimas do Estreito de Magalhães ou do Canal do Panamá, e evita a difícil passagem terrestre dos Andes através da Argentina e Chile, que forma parte do Eixo MERCOSUL-Chile.

**“Alcanzar este objetivo le permitiría avanzar en su anhelo de lograr una posición dominante en América Latina, resultado de la estrategia brasileña, de lograr el liderazgo regional a través de la incorporación a su zona de influencia de los países de su entorno geográfico más próximo, Argentina, Uruguay, Paraguay, luego Bolivia y Chile, posteriormente los demás países de la Comunidad Andina y luego toda Sud América, con el fin de fortalecer su economía frente al ALCA<sup>2</sup>.”**

<sup>1</sup><http://livrecomercio.embaixadaamericana.org.br/?action=artigo&idartigo=775>

<sup>2</sup> Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo – FOBOMADE em apresentação no Seminário “Internalização capitalista ou integração dos povos: para onde vai a América do Sul? Alternativas de integração regional - São Paulo, 18 e 19 de setembro de 2006.

O caso boliviano preocupa bastante, pois os impactos socioambientais sobre as populações e biomas do país serão significativos, ao mesmo tempo em que explicita claramente os interesses de economias como a brasileira no seu papel de grande domínio e controle sobre os territórios vizinhos. O caso do Complexo Rio Madeira é bem ilustrativo a quem servir e a que tipo de integração da infra-estrutura está se desenhando na região. O projeto principal do “Eixo Peru-Brasil-Bolívia” é o Complexo Hidroelétrico e Hidroviário do Madeira, que, nos planos do BID, prevêem a construção de duas usinas brasileiras, uma usina binacional e outra boliviana. Além de um sistema de eclusas tornar navegável grande parte da extensão do Rio Madeira, tornando-se parte integrante facilitadora para a interconexão com o Eixo central interoceânico. Os sinais de resistência começam a aparecer. Em carta enviada ao Itamaraty, no início de novembro, pelo governo boliviano, afirma “que o plano brasileiro de construir as usinas no Rio Madeira pode ter como consequência a inundação de terras onde há forte produção de castanha, situadas em território boliviano. Há ainda a preocupação com o risco de queda da fauna marinha” (Jornal o Globo, 22/11/06). Ao mesmo tempo, o governo brasileiro se esquivava em criar uma comissão bilateral para discutir a construção das usinas.

Do ponto de vista dos movimentos sociais, a integração da fronteira Brasil-Bolívia, na altura do Rio Madeira, não pode se dar pela construção de hidrelétricas. O

impacto sobre as populações camponesas e indígenas que vivem na região fronteira produz um processo de integração de outro tipo, que faz ecoar os gritos de Chiapas de 1 de janeiro de 1994, data em que entrou em vigor o NAFTA.

### Que integração queremos?

Os processos de integração da infra-estrutura presentes na região precisam urgentemente ser conhecidos e debatidos pelo maior número de pessoas e organizações. De acordo com estes, o desenvolvimento desses processos fica definido a quem pode servir toda a riqueza produzida na região.

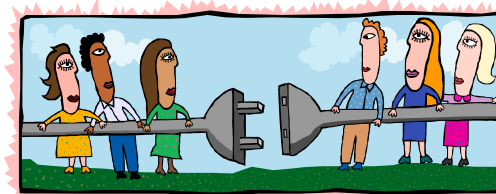
“Os grandes projetos de infra-estrutura têm o poder de consolidar determinadas trajetórias de desenvolvimento, por isso, todos temos o direito de aprová-los, de condicioná-los ou de vetá-los. O espaço será o que a infra-estrutura permitir que seja. Então seremos o que permitirmos. Complexos energéticos e viários servem para densificar ou para simplificar territórios. Qual é a escolha, quem escolhe?”<sup>3</sup>

O que temos acompanhado é a satisfação das grandes empresas de engenharia, dos agronegócios, das empresas produtoras de alumínio e extratoras de minérios com o chamado processo de integração da infra-estrutura. Não foi à toa que treze empresas de engenharia doaram ao PT, partido

<sup>3</sup> NOVOA, Luis Fernando. “O que está em jogo no megaprojeto do Madeira”. Repris/Rede Brasil 2006.

do Presidente Lula, R\$ 5,8 milhões em 2006 contra R\$ 1 milhão em 2002, significando um crescimento em 4 anos de 476% em doação para a campanha eleitoral.

Há dois projetos claros em disputa nesses processos de integração. Um, o que está em curso na agenda oficial da infra-estrutura, é o que favorece a integração sul-americana, consolidando núcleos duros de acumulação de capital, favorecendo a integração desses núcleos capitaneados pelo Brasil, talvez na ilusão do desenvolvimento de uma espécie de capitalismo regional – como se fosse possível em uma economia mundial altamente integrada e controlada desde cima, seja pelo poder das armas, seja pelo poder dos bancos e das grandes empresas transnacionais – pensar em processo regional de acumulação sem que este favoreça a esses controladores do andar de cima.



Outro processo de integração, que vai além da infra-estrutura, é o que vêm construindo os povos. Os movimentos sociais populares, compostos por populações indígenas, camponeses, mulheres, etc., que vêm construindo uma agenda continental que nada tem a ver com a agenda oficial. Para a Cúpula de Cochabamba, este acúmulo de propostas alternativas, escritas do calor das lutas de resistência, que nos integraram como povos e movimentos em todo

continente – a luta de resistência à ALCA não me deixa mentir – será discutido pelos movimentos sociais na Cúpula dos Povos (6 a 9/12) e apresentada aos presidentes durante sua reunião oficial, no mesmo período, para que, em algum momento, se pare de repetir a ladainha de que “os movimentos sociais não têm propostas e que só sabem fazer protestos”. Entre as questões suleadoras (ao contrário de norteadoras) destas propostas estão a preocupação de que nossas economias não sejam subordinadas às ordens dos donos do capital, e sim que seja uma integração que conquiste espaços de autonomia e soberania para definirmos nossas próprias políticas públicas; que não seja uma integração que contribua para destruir ainda mais os territórios ou espaços onde se exerce soberania democrática dos povos, e sim orientada para recuperar o que, há séculos de colonialismo e políticas imperiais, causaram e continuam causando aos povos. Que seja uma integração não orientada pelos valores de individualismo possessivo, da competição de todos contra todos, onde se garanta a vitória dos mais fortes sobre a base da exploração e exclusão - uma integração que incrementa as desigualdades - e sim guiada por valores de igualdade, participação, pluralidade e solidariedade.



Que não seja integração que explora nossos recursos naturais sem limites, convertendo-os em mercadorias exportáveis para gerar os excedentes necessários para pagar a dívida externa. E sim que seja uma integração orientada para recuperar e construir outras formas de relação com natureza que não a considere como um obstáculo a ser superado, explorado e destruído.

E, finalmente, uma integração que não seja pensada como área de livre comércio, concebida principalmente como a construção de um espaço econômico de livre circulação de mercadorias e capitais, e sim concebida como parte dos processos de resistência ao modelo capitalista imperialista global.

O modelo atual de integração regional está concebido e impulsionado pelas Instituições Financeiras Internacionais que priorizam a integração da infraestrutura, em detrimento de todas essas questões afirmativas acima referidas, já que sua lógica é favorecer cada vez mais a iniciativa privada, através de financiamentos públicos, ampliando assim o poder das empresas privadas. Isto representa claramente “a materialização da terceira etapa das reformas estruturais de caráter neoliberal. A primeira etapa foi caracterizada por uma reestruturação da arquitetura financeira mundial, expandindo a finança corporativa internacional como ator principal da globalização financeira. Esta etapa financeira tem sido mais impulsionada pelo FMI, com a imposição de programas de ajuste estrutural e políticas de estabilização macroeconômica. A segunda fase se caracteriza pelas

reformas do Estado promovidas pelo Banco Mundial, em harmonia com os programas do FMI. Aqui, o novo endividamento do Sul ocorre através de programas e projetos de transformação institucional do Estado para garantir sua minimização e o incremento do poder do setor privado. A terceira etapa, que vivemos hoje, é caracterizada por “planos estratégicos” que definem mega-projetos de exploração intensiva de recursos naturais e de força de trabalho. Estes mega-projetos de infra-estrutura se integraram em duas grandes iniciativas – o Plano Puebla Panamá e a Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana.”<sup>4</sup>.

### **Cortando o alimento do monstro**

Finalmente, os desafios colocados pelos povos desta região do mundo vão muito além da agenda assumida desde de 2000, na reunião de Brasília que criou a Comunidade Sul-americana de nações e o IIRSA. Não podemos aceitar que um processo de disputa interna por investimentos estrangeiros, sejam europeus sejam translatinos, como bem ilustram as cenas que abrem este artigo, crie entre os doze países da América do Sul um processo de competição e concorrência sem fim. Não podemos aceitar a construção de uma espécie de sub-imperialismo capitaneado pelo Brasil, com suas empresas como a Petrobrás e bancos como o BNDES, além do suporte que tem sido dado às

empresas de capital privado. Não podemos deixar que o agronegócio, as grandes empresas de engenharia, as mineradoras e transnacionais de todo tipo sejam os protagonistas desta história que, desde a eleição de Evo Morales, na Bolívia, quer ser escrita de outra forma. Os protagonistas são os povos em luta do continente com sua bandeiras e propostas. É para eles que devem estar a serviço qualquer processo de integração. É para com estes povos que uma dívida histórica, ecológica e social precisa ser paga e, para isso, antes de mais nada, os povos precisam enfrentar a questão que, talvez, seja a mais ardilosa no processo de integração: o enfrentamento do capital financeiro e os mecanismos de sobre-endividamento, seja interno ou externo. Desta forma, cortamos de vez a ração que alimenta o monstro da super exploração dos povos do sul: a dívida! Mas isto é assunto para um outro artigo.☀

////////////////////////////////////

\* Texto publicado na revista “America Latina em Movimiento”, 414-415, em 4 de dezembro de 2006, Cochabamba – Bolívia.

<sup>4</sup> FURTADO, Fabrina. Em apresentação no Seminário “Derechos Humanos, Deuda y Alternativas de Justicia”, organizado por Jubileu Sul no Haiti, entre 26/10 e 2/11/2006.





Endereço: Av. Rio Branco, 277 - sala 1609 - Centro - Rio de Janeiro/RJ

CEP.: 20040-009 - Telefax: 55 21 2210-2124

Caixa Postal: 7508 CEP: 20241- 970

Sítio: [www.pacs.org.br](http://www.pacs.org.br) - Cor. Eletr. [pacs@pacs.org.br](mailto:pacs@pacs.org.br)

Associada à ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - desde 1991

Utilidade Pública Federal – Portaria nº 2.476, de 17 de dezembro de 2003 – Diário Oficial da União de 18/12/2003.

Utilidade Pública Estadual – Diário Oficial de 02/06/2003 – Lei nº 4.108.

Utilidade Pública Municipal – Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de 13/09/2004 – Lei nº 3832 de 09/09/2004

Inscrição nº 620 no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, processo nº 08/015202/03, publicado no Diário Oficial do Município de 28/10/2003.

### **Quem somos**

Criado em 1986, no Rio de Janeiro, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS é uma instituição sem fins lucrativos dedicada à assessoria eco-social e à ação educacional em colaboração com os movimentos sociais.

### **Objetivo**

Nosso objetivo é contribuir para o autodesenvolvimento humano e para a construção de uma opinião pública crítica e criativa, capaz de cobrar a promoção e a implementação de políticas públicas transformadoras, participantes, tecnicamente competentes, desde o nível municipal, nacional e global.

### **Metodologia**

Fundamentados na Metodologia da Práxis trabalhamos com pessoas e organizações, no intuito de fortalecê-las individual e coletivamente para que se tornem sujeitos de sua própria história e de seu autodesenvolvimento. Nossas ações se desenvolvem em duas dimensões simultâneas: uma local, imediata, e a outra nacional, global e mediata.

### **Atividades**

Pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádio e audiovisuais; elaboração de propostas e políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas com movimentos sociais, ecumênicos e prefeituras entre outros; participação em redes regionais e internacionais.

### **Os parceiros**

Ação Quaresmal (Suíça)

Christian Aid (Reino Unido)

DKA (Áustria)

FPH (França)

Instituto Marista de Solidariedade (Brasil)

SCIAF (Escócia)

TRÓCAIRE (Irlanda)